

UDR convoca 30 mil para a Constituinte

Josemar Gonçalves

Porto Alegre — A União Democrática Ruralista (UDR) pretende concentrar em frente do Congresso



Nacional mais de 30 mil produtores rurais de todo o Brasil, no próximo dia 9, quando se reunirá a Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte. A informação foi dada ontem em Pelotas, a 255 quilômetros de Porto Alegre, pelo presidente nacional da entidade, o médico goiano Ronaldo Caiado. "Precisamos deixar de ser eternamente cordeirinhos e vaquinhas de presépio e pressionar pelo atendimento das nossas reivindicações", afirmou o dirigente.

Ele explicou que, se não pressionarem no dia 9, será muito difícil derrubar as propostas contrárias aos seus interesses, em plenário. O presidente da UDR está organizando caravanas que sairão de vários pontos do país em direção a Brasília. O movimento também busca a integração com outros setores produtivos — comércio e indústria.

Violência

Enquanto a UDR deflagrava o início da maratona que percorrerá 14 Estados mobilizando colonos para acompanhar a votação do relatório da Comissão de Sistematização da Constituinte, a Assembléia Legislativa gaúcha instalava ontem a Comissão Parlamentar de Inquérito que vai investigar a violência no Rio Grande do Sul.

Na instalação da CPI, que começará suas atividades após o recesso parlamentar, em agosto, o deputado Adão Pgetto denunciou a ocorrência de 360 assassinatos na luta pela posse da terra nos últimos três anos em todo o país. Segundo ele, só este ano o número de mortes, já chega a 48 e no Estado a violência ocorre através da polícia agrária e agrícola do governo, penalizando os pequenos proprietários.

O caso mais grave que será investigado pela CPI será morte de três lavradores, em 31 de março, por atropelamento durante um piquete de protesto à beira de uma estrada no município de Sarandi, foco das maiores tensões pela luta da terra.

Ronaldo Caiado, por sua vez, explica que percorrerá 14 estados e quase 50 municípios mobilizando os produtores a defenderem seus interesses contra uma Reforma Agrária demagógica e populista.

Prisco quer presidente fortalecido

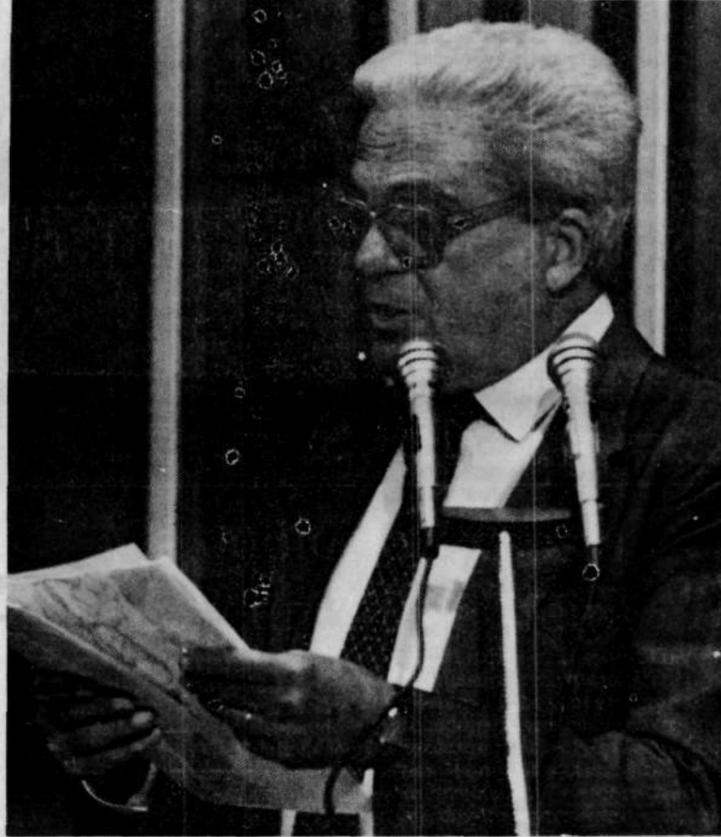
O deputado Prisco Viana (PMDB-BA) afirmou ontem que concorda com a posição do líder do governo na Câmara, Carlos Santana (PMDB-BA), que pretende impedir o enfraquecimento da figura do presidente da República no novo texto da Constituição. Prisco afirmou que, no tocante ao mérito, sua ação será no sentido de impedir que se retire do presidente da República a condição de chefe de governo.

Amigo pessoal do presidente Sarney, a exemplo de Santana, Prisco Viana não quis se aprofundar na análise do anteprojeto da Comissão de Sistematização e tem observado que a atual fase de emendas não diz respeito ao mérito, mas sim à forma do texto. A esse respeito, ele opinou que o anteprojeto parece mais "um manifesto político do que um texto constitucional" com muitos trechos, como o que se refere ao favorecimento do sentido social da liberdade, que no seu entendimento se alonga muito mais do que o necessário. Por isso, segundo ele, é preciso não apenas se preocupar com a redução do número de artigos mas com a própria linguagem utilizada no anteprojeto, que às vezes é "de discurso" e não guarda as características de um texto constitucional.

Bahia luta para evitar sua divisão

Salvador — A Bahia quer apresentar uma emenda popular à Assembléia Nacional Constituinte, com um milhão de assinaturas, visando a impedir a divisão do seu território para a criação do Estado de Santa Cruz, como propõe o deputado Fernando Gomes, da bancada baiana do PMDB, em projeto já aprovado na Comissão Temática de Organização do Estado.

A revelação foi feita pelo deputado Coriolano Sales (PMDB), ao instalar a Comissão Parlamentar de Defesa da Bahia, por ele próprio presidida e integrada por deputados de todos os partidos representados na casa.



Líder do PDS sugere que se "comece tudo de novo"

Amaral afirma que está envergonhado

O líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto, disse ontem estar envergonhado de pertencer à Assembléia Nacional Constituinte, após conhecer o anteprojeto de Constituição apresentado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Em sua opinião, o texto é "um disco voador, imbecil e cheio de um gongorismo cretino e falso".

Ao enfatizar a apresentação do anteprojeto de Cabral pelo presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que coloca o texto como um resultado de conversações com as lideranças do PMDB no Congresso, com o líder do PMDB na Constituinte e com o líder do Governo, deputado peemedebista Carlos Santana, ele enfatizou: "Graças a Deus, o texto introdutório deixa bem claro que o PDS não tem nada a ver com esse troço".

"O texto contém artigos que ultrapassam os limites da mais profunda imbecilidade, como, por exemplo, a afirmação de que

a primeira condição para o cidadão adquirir os seus direitos é nascer vivo (art. 13, inciso I, letra a) ou ainda quando afirma genialmente que o indivíduo pode ouvir e ver o programa que quiser no rádio, na televisão ou espetáculos públicos (art. 13, inciso IV, letra f)", ironizou Amaral, que culpou a falta de um texto preliminar de Constituição, no qual os constituintes se baseassem, como o erro mais grave e a causa principal do resultado desastroso apresentado pelo relator da Comissão de Sistematização.

Para o parlamentar, o único caminho que resta aos constituintes é começar tudo de novo, da estaca zero, reapresentando todas as emendas rejeitadas nas subcomissões e comissões e até propondo matéria nova: "A história de não entrar no mérito das questões nessa fase de emenda à Sistematização está defeito. Temos que elaborar um novo texto e nem me refiro às contradições de caráter ideológico, mas ao conserto mesmo da imbecilidade reinante".

Congresso entra hoje em recesso por 1 mês

O recesso parlamentar de julho no Congresso Nacional inicia-se hoje. Nem a Câmara nem o Senado estarão funcionando até o final do mês. Mas a Assembléia Nacional Constituinte continuará com suas atividades normais, embora parciais.

Encerrados os trabalhos das oito comissões temáticas, os trabalhos da Comissão de Sistematização — se prolongarão por quase um mês, praticamente coincidindo com o recesso parlamentar.

Agora, a rigor, apenas os 93 integrantes da Comissão de Sistematização têm o que fazer. Mesmo assim, não muito. Porque nesta fase a comissão vai preparar o projeto de Constituição que terá de encaminhar ao plenário até o dia 15 de julho, mas sem poder dar a sua própria contribuição.

A comissão de sistematização não pode alterar o que foi decidido pelas comissões temáticas. Só pode eliminar divergências, contradições e dar a coerência e uniformidade possíveis num texto único.

O projeto deverá chegar ao

plenário até o dia 15 e ali permanecer por 30 dias, em discussão e para recebimento de emendas. Muitos constituintes, que aproveitarão esse período para retornar a seus estados ou para cumprir programas de viagem ao exterior, poderão apresentar as suas emendas, portanto, até o dia 15 de agosto.

Até lá, não haverá necessidade de presença em Brasília, salvo para aqueles que queiram aproveitar as sessões da Constituinte — de terça a sexta-feira — para pronunciar os pequenos discursos do chamado "pinta-fogo", em geral sobre temas regionais ou conjunturais, ou debater assuntos constitucionais.

A fase da Constituinte que muitos consideram "para valer" só vai começar depois de 15 de agosto, quando o projeto retornar à Comissão de Sistematização acompanhado de provavelmente umas 20 mil emendas. Tudo que foi rejeitado nas 24 subcomissões e oito comissões temáticas certamente voltará em forma de emendas ao plenário.

Metodologia exposta em reunião, 2ª. feira

A reunião de segunda-feira à noite da Comissão de Sistematização serviu para que o relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), explicasse a metodologia utilizada no trabalho de compatibilização dos textos recebidos das comissões temáticas e que resultaram no anteprojeto de Constituição.

A informação foi dada ontem pelo próprio relator ao esclarecer que numa longa exposição feita na noite de segunda-feira mostrou aos membros da Comissão de Sistematização os principais capítulos onde foram feitas essas compatibilizações. Bernardo Cabral esclareceu que, em vários casos, duas comissões temáticas apresentaram textos sobre o mesmo assunto, o que originou o trabalho de compatibilização.

Nessa fase dos trabalhos, segundo Bernardo Cabral, os

constituintes, membros da Comissão de Sistematização, só podem apresentar emendas relacionadas aos textos que fazem parte dos relatórios finais das comissões temáticas. Ele informou que os constituintes só devem apresentar emendas quando julgarem que a adequação dos textos feita pelo relator não está correta e que, somente na fase plenária dos trabalhos da Assembléia é que poderão ser apresentadas novas emendas ao texto.

Ao final da reunião de segunda-feira, os constituintes solicitaram ao presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que mandasse publicar todos os artigos que foram compatibilizados no trabalho do relator para que eles "não ficassem perdidos" na apreciação do anteprojeto e a solicitação foi aceita por Afonso Arinos.

Anteprojeto prevê fim do nepotismo

Se aprovado o anteprojeto de Constituição hoje em exame na Assembléia Constituinte, o presidente Sarney iniciará 1988 exonerando sua filha Roseana e seu genro Jorge Murad dos respectivos cargos de assessora e secretário particular do governo. Isso é o que dispõe o artigo 83 do anteprojeto, ao determinar que "nenhum parente até segundo grau, em linha direta ou colateral, consanguíneo ou afim, de qualquer autoridade, pode ocupar cargo ou função de confiança, inclusive sob contrato, em organismos a ela subordinados, na administração direta ou indireta".

Mantendo-se esse artigo na nova Constituição, Roseana se enquadraria no parentesco de "linha direta" e Jorge Murad como parente "afim". Mas, não é só a família de Sarney que terá de fazer demissões. O ministro da Administração, Aluizio Alves, terá que demitir seu filho Aluizio Alves Filho, que chefia o seu gabinete; o ministro da Justiça, Paulo Brossard, terá que afastar seu genro, Leo Lolovitch; e o ministro do Planejamento, Anibal Teixeira, também terá que exonerar seu sobrinho, Roberto Andrade, que se enquadra como parente consanguíneo.

"Acontece que esse artigo não vai ser aprovado", prevê o deputado Inocêncio Oliveira (PE) líder em exercício do PFL, para quem isso é uma injustiça contra as autoridades que não podem abrir mão da competência dos seus filhos e parentes. "Isso bloqueia muito a participação de pessoas de bom nível na administração pública só porque tenham parentes em cargos de alto nível", disse o líder, dizendo-se muito à vontade para examinar o assunto, tendo em vista o PFL possuir apenas um governador de estado — o de Sergipe — em todo o país.

Segundo Inocêncio Oliveira, a Constituição deve atentar para o fato de que o Brasil não pode prescindir de pessoas de bom nível na administração direta e indireta só por conta do empecilho do parentesco. O senador Roberto Campos (PDS-MT) também entende que a Constituição não deve legislar sobre o emprego de parentes no serviço público, mas acha o dispositivo ótimo para figurar numa lei ordinária: "Nunca acreditei em fazer constituições, mas em cumprilas. Por isso, apesar de considerar esse artigo moralizador, não acredito que ele vá ser cumprido", disse o senador.

Desde 1946, as constituições brasileiras prevêem que ninguém será admitido no serviço público, a menos que faça concurso. Desde que esse artigo entrou na Constituição, freqüentemente foi descumprido, sobretudo porque sempre os governos encontraram um "jeitinho" para driblá-lo. O "jeitinho" aplicado à Constituição em vigor é o seguinte: "A primeira investidura em cargo público dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas, ou de provas e títulos, salvo os casos indicados em lei". Esse "salvo os casos indicados em lei" é a porta por onde todos os governantes nomeiam seus parentes, pois há sempre uma lei autorizando novas nomeações.

Proposta de Gibson causa estranheza

O deputado pernambucano Nilson Gibson (PMDB) apresentou emenda ao anteprojeto da Comissão de Sistematização, de autoria do relator Bernardo Cabral, que causou estranheza em plenário. Preocupado com a dúvida que existiu com relação à linha sucessória da Presidência da República, quando o presidente eleito Tancredo Neves morreu antes de tomar posse, o deputado propôs uma emenda assegurando "que o vice-presidente da República assumirá o cargo em caso de morte do presidente, após eleito e antes da posse".

Assim ele pretende evitar que um novo impasse se crie, como o corrido em 15 de março de 1985 quando o presidente Figueiredo pretendia dar posse ao presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, e não ao candidato eleito para a vice-presidência, então senador José Sarney.

O Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte não autoriza que, nessa etapa dos trabalhos, sejam feitas emendas no mérito das propostas. Além disso, o relator Bernardo Cabral propõe um regime chamado de "neoparlamentarista" e a linha sucessória passa do Presidente da República para o Presidente da Câmara dos Deputados e para o Presidente do Supremo Tribunal Federal sucessivamente nos casos de impedimento do Presidente da República, ausência do país, ou vacância. O anteprojeto não prevê, portanto, sequer a existência do vice-presidente, já que é introduzida a autoridade do primeiro-ministro.